

ARTIGO



Augusto Rocha*

Amazônia: ameaças internas

O Professor Vladimir Safatle (USP) lançou no dia 10/3 o livro “Ameaça Interna”, que elabora sobre a “psicanálise dos novos fascismos globais”. O livro traz importantes reflexões filosóficas. A partir de seu conteúdo, sobre a continuidade de processos excepcionais, que levam a guerras e a normalização da barbárie com outros povos e culturas, trago algumas de suas ideias para uma reflexão em um paralelo potencial com a Amazônia e para as imagens que fazemos sobre nós e nosso território nacional.

Como ele destaca, para alguns brasileiros o “inferno verde” precisa ser conquistado, transformado, explorado e modificado. Esta visão destruidora, mais do que integradora e saqueadora, longe de cooperativa, representam muito

do que segue sendo falado nos debates nacionais sobre a Amazônia. Ele esclarece que parte da tradição brasileira é que quem estiver mais próximo da natureza amazônica devem ser transformados ou destruídos.

A indiferença e a falta de solidariedade social com quem vive na Amazônia faz o progresso parecer uma ideia de apagamento das pessoas. A dinâmica das capitais e centros de poder são muito mais evidentes nas periferias dos sistemas sociais. Nesta forma, a potencial adesão ao progresso significaria uma mudança de um modo de vida e não uma integração das vidas.

A exploração dos minerais ou do petróleo amazônico passaria, portanto, pelo ato de ignorar as regiões. A segregação das sociedades locais para a

implantação de projetos de desenvolvimento leva para a extração de riquezas e subordinação ao modo de vida da metrópole, como se este fosse o ideal Amazônico: uma nova Bacia de Campos, para o petróleo ou um novo interior de Minas Gerais para os minérios. Não há uma expectativa de um modo diferente de vida ou de produção. Há até mesmo um ideal agroextrativista ou agroindustrial intensivo, onde plantações de café, cana de açúcar ou soja adentrem o território Amazônico.

A crise do clima, a crise ambiental ou a crise do desmatamento não surgem como crises a serem combatidas, mas crises permanentes com as quais deveríamos conviver e aceitar. Os debates públicos não causam indignação ou vontade de pro-

teção da floresta. A destruição dos espaços de indígenas não é percebida como um problema – quando muito se aponta o sofrimento dos povos com a falta de recursos pela perspectiva urbana e não pela perspectiva própria daqueles povos.

Poderemos ter em breve as ameaças estrangeiras na Amazônia. Todavia, parafraseando o professor Safatle, as ameaças e práticas constante que temos que nos defender são, inicialmente, as ações internas de destruição de costumes e a falta de aceitação social dos nossos modos de vida, e no paralelo potencial que destaco, nossos modos de vida amazônicos. Está aí um dos maiores desafios: integrar a Amazônia ao Brasil pelo que ela é e não pelo que ela pode ser a mudar seus modos de vida.

*é professor da Ufam

ARTIGO



Thomaz Meirelles*

Farid Mendonça Júnior

Li com atenção a entrevista do economista Farid Mendonça Júnior, publicada na coluna Follow-Up Empresarial do Cieam (11.3.2026). Farid é um dos principais nomes da assessoria do senador Omar Aziz e um dos responsáveis pelo recente Plano Estratégico de Desenvolvimento apresentado para o Amazonas. Sobre a entrevista, faço algumas considerações. Quando Farid afirma que a Amazônia — e o Amazonas — é “narrada ao mundo como um território de conflitos”, é preciso acrescentar que essa narrativa tem nome e sobrenome bem conhecidos. Trata-se de uma construção estimulada por determinadas ONGs ambientalistas que integram os chamados “observatórios” do clima e da BR-319. Entre elas estão a FAS e o Idesam. Essas “narrativas” visam captar recursos que chegam aos bilhões e nada mudou. Até o Bolsa Floresta/Guardião da Floresta que sempre foi de miséria (50 e R\$100 reais) e para pouquíssimos está atrasado. A primeira ONG chegou a divulgar, ainda durante a pandemia da Covid-19, que a próxima crise sanitária/pandemia começaria pela Amazônia. A segunda, o Idesam, administra milhões de recursos da indústria do PIM/ZFM, mas também entrou na Justiça para barrar o asfaltamento da BR-319. O famoso gol contra! Utiliza recursos das indústrias, do PPBio, mas barra o asfaltamento da BR-319 que aumenta o custo do PIM/ZFM. Chama atenção o fato de essa entrevista estar sendo divulgada justamente no espaço do Cieam, entidade que recentemente firmou parceria com a própria ONG FAS — organização que ajuda a disseminar as narrativas criticadas pelo entrevistado. Diante disso, seria importante que o senador Omar Aziz se manifestasse com mais clareza sobre o papel dessas ONGs no Amazonas. Desde a CPI das ONGs no Senado, o silêncio tem sido notado. Outro ponto levantado pelo economista é a possibilidade de “produzir riquezas sem destruir a floresta”. Na prática, isso já existe há décadas no Amazonas. Um exemplo concreto está logo aqui na AM-010: a Embrapa Amazônia Ocidental, que produz ciência aplicada ao desenvolvimento sustentável da região. O problema é que esse conhecimento está esquecido pelos ocupantes do Executivo e travado por setores ambientalistas que não aceitam a interiorização do desenvolvimento pelos mesmos motivos que não querem a BR-319 asfaltada. Já temos satélites para acompanhar os ilícitos. Se já existe ciência capaz de gerar riqueza e desenvolvimento desde o primeiro mandato do então governador Omar Aziz, não faz muito sentido recorrer ao slogan de “Amazonas forte de novo”. O “de novo” não bate com o passado. As próprias respostas dadas na entrevista mostram que não temos — nem devemos — voltar ao passado. Observei

que o Plano Estratégico de Desenvolvimento cita o esquecido ZEE do Amazonas (Zoneamento Ecológico-Econômico). Ótimo! Esse instrumento foi simplesmente ignorado pelos grupos ligados às ONGs que ocuparam a Sema desde o governo Eduardo Braga, passando pelo do Omar, até a atual gestão. Vale lembrar que o ZEE é uma política prevista na legislação nacional de meio ambiente, que nem a ministra Marina cobra, nem o MPF. Não é estranho? Farid é um economista inteligente e certamente conhece bem os motivos pelos quais o Amazonas ainda não tem seu ZEE efetivamente implantado. Nesse tema, novamente, seria importante ouvir a posição clara do senador Omar Aziz. Outro ponto citado na entrevista é o investimento em formação. Aqui existe um caminho simples e imediato: levar internet de qualidade para todas as comunidades do interior. Com conectividade, qualquer morador pode acessar gratuitamente cursos da Embrapa, Senar, OCB, Sebrae, universidades e do Ifam. São cursos de qualidade, com certificação, que podem transformar a realidade produtiva do interior, incluindo a geração de renda através da produção de alimentos. Avançaríamos na soberania e segurança alimentar com um simples “feijão com arroz”. Hoje, com um celular e uma antena Starlink — cujo custo é relativamente baixo diante do impacto social — seria possível levar conhecimento técnico diretamente ao caboclo amazônico, que há décadas preserva a floresta para o mundo vivendo sem dignidade. A economia que muitos apresentam como novidade já existe há décadas nas pesquisas da Embrapa e nos projetos prioritários do Idam. Não sou contra o conceito de bioeconomia. O problema é que, no ritmo atual, a geração de renda prometida por esse modelo pode demorar tanto que o verdadeiro guardião da floresta — o homem e a mulher do interior — talvez nem esteja mais vivo para usufruir dela. Isso é injusto! Hoje essas populações convivem com alguns dos piores indicadores sociais e econômicos do país. Muitos desses problemas já existiam no passado e, infelizmente, têm se agravado com as travas ambientais impostas ao crescimento do estado. Por isso, mais do que repetir slogans, talvez seja hora de discutir seriamente outro caminho: um Amazonas forte pós-ZEE, com regras claras para produzir, gerar renda e desenvolver o interior — e sem ONGs ditando o que deve ser feito pelos governadores. Tenho ainda outras contribuições a fazer sobre o tema, mas deixo essas reflexões para outro momento, incluindo a frase onde ele afirma que o modelo PIM/ZFM concentrou a atividade econômica na capital. Isso é fato, e confirma que é mentira que o modelo PIM/ZFM foi quem manteve a floresta em pé no interior do Estado.

*é servidor público federal, administrador, especialização na gestão da informação ao agronegócio — thomaz.meirelles@hotmail.com

ARTIGO



Flávio Guimarães*

Saúde, conscientização humana, equilíbrio e sobrevivência

Precisamos buscar um melhor equilíbrio em nossa vida particular para podermos ser melhores profissionais e mais produtivos. Uma boa estrutura de valores, moral e ética será sempre responsável por um bom desempenho. Tornar-se necessário entendermos que a conscientização humana é fundamental para o sucesso da coletividade. Podemos pensar e até agir individualmente, mas, não devemos ser egoístas e egocêntricos, pois, assim pensaremos somente em si próprio e esquecendo de viver em comunidade. A pandemia de coronavírus nos faz perplexos no pensamento no longo prazo pode nos auxiliar na busca de uma melhor conscientização equilibrando o exagero do individual através de uma visão mais ampla de todo o processo ao qual estamos inseridos e poderemos até optar por escolher pela dor ou pela satisfação sermos mais conscientes.

Com a pressão e o estresse atual exigido em nossa vida

diária, não podemos imaginar um ser humano normal em um mundo anormal. Assim, precisamos entender este mundo, onde valores são trocados e ética se confunde com ações imorais mais legais no ponto de vista jurídico. Não devemos imaginar um bom aprendizado de consciência sem a devida educação como base estrutural e a boa prática como ação auxiliadora na busca do melhor equilíbrio humano. Não cabe mais nos escondermos atrás de justificativas frágeis onde procuramos culpados para desviar nossa culpa e direcionar para situações de pouco progresso individual e coletivo.

Precisamos assumir nossa parcela de culpa nos atos corriqueiros do dia a dia. Assim, iniciaremos nosso processo real de conscientização. Pensar em longo prazo sem dúvida auxilia a chegar neste ponto, todavia, precisamos realizar o pensado, pois sem isso corremos um sério risco de transformar o pensar em pesadelo e passar a culpar

inclusive pessoas inocentes. Não podemos querer não enxergar “um palmo a frente de nosso nariz”. Pois, isto ocorrendo retrocederemos na busca da conscientização humana. O planejamento e o entendimento do que está ocorrendo são necessidades latentes em todos nós seres possuidores da dependência de se sentir útil.

O medo faz parte do processo de aprendizado contínuo e o sucesso também. Porém, não podemos nos apegar somente a um deles, pois, isto ocorrendo demonstra a fragilidade humana no seu mais alto grau de negativismo. O medo, o sucesso e o fracasso causam dor, alegria e muito se aprende. Podemos escolher em conviver com apenas um deles, mas, certamente, não será o ideal, pois os três acabam se completando e criando um avançado grau de consciência nas pessoas quando estas já conviveram com situações diferentes e conseguiram êxito mesmo tendo várias dificuldades e medos que foram

superados com planejamentos adequados e utilização de materiais, técnicas e pessoas com a atenção devida.

O homem inicialmente julgando sua própria realidade faz a grande diferença nos dias de hoje evitando ser injusto para com os outros seres. Certamente, se buscarmos dar o bom exemplo estaremos em um estágio bastante avançado na busca da conscientização. Precisamos participar ativamente do progresso e das dificuldades existentes. Não podemos deixar para depois, pois, quando quisermos fazer pode ser tarde demais e não ter mais uma chance para fazer a diferença em toda a vida. Tudo é uma questão de opção, portanto, devemos estar preparados para decidirmos se continuamos felizes ou se passamos a ser tristes. Uma coisa é certa enquanto não buscarmos a consciência necessária estaremos e continuaremos a viver sem saber muito bem para onde ir.

Vamos refletir sobre isto?

*é mestre pela UFPA, diretor de educação da ABRH e coordenador dos cursos tecnológicos e da pós-graduação da Faculdade Estácio do Amazonas

ARTIGO



Reginaldo Oliveira*

Opositores da reforma tributária

A reserva de mercado de informática vigente entre o final dos anos 70 e início dos anos 90 reduziu a concorrência no setor de modo extremo, com efeitos colaterais no atraso tecnológico acumulado. Ou seja, enquanto o Brasil se fechava, diversas nações brigavam ferozmente para fixar posicionamentos importantes na economia mundial. Por consequência, tantas disputas levaram ao desenvolvimento de poderosas empresas que estão sempre inovando na criação de produtos diversificados.

Boa parte do nosso empresarializado comunga da crença de que o sucesso depende do fracasso da vizinhança. Ou seja, é preciso que alguém se dê mal para eu me dar bem. Tal reflexão nos convida a buscar os motivos de tantos discursos ferozes e contrários ao projeto da reforma tributária. Normalmente, os adeptos das correntes antagônicas representam grupos poderosos que lucram em meio ao caos tributário. É ainda fato notório que a indústria do contencioso fiscal se alimenta da lama burocrática. Tantos fenômenos nefastos justificam comportamentos envolvendo planejamentos tributá-

rios agressivos, judicialização excessiva sobre contestações normativas, ou tráfico de influência nas fontes do direito regulatório que disciplinam a intervenção do Estado na economia. Ou seja, quem controla as engrenagens nos bastidores, acaba manobrando o próprio sistema a seu favor. Por consequência, os pequenos são extorquidos pelas administrações fazendárias para compensar as benesses do andar de cima. E isso tem tudo a ver com a desordem tributária.

Especialistas caríssimos vendem soluções envolvendo engenharias fiscais mirabolantes, justamente, por explorar deficiências hermenêuticas de integrantes do setor público. O mérito obtido se dá por recompensa oriunda do esforço intelectual ou por outras formas nebulosas de agir. Sendo assim, no momento em que se começa aplainar o terreno acidentado, as vantagens de alguns tendem a sumir. Na verdade, as fontes das disputas começam a secar. Por exemplo, a eterna discussão sobre o que é bem ou serviço, teoricamente, morre no inciso I do artigo 3º da Lei Complementar 214.

Um conceito que derruba meio

mundo de postulados tributários está nas “operações onerosas”. Ou seja, em vez de se afogar em milhares de páginas das 27 legislações estaduais, ou das 5.570 legislações municipais, o contribuinte terá no artigo 4º da mesma lei 214. Também, no lugar de se debater na profusão de alíquotas dos mesmos entes federativos, o contribuinte terá um só percentual de referência. Outro grande avanço está na plataforma unificada de emissão de documentos fiscais. E para completar, o fato mais significativo da reforma tributária está no sistema de imposto “por fora”, que foi determinado pelo inciso I do §2º do artigo 12, o qual tem o condão de aniquilar uma das fontes mais volumosas do contencioso fiscal.

A questão é a seguinte: Se o sistema for de fato simplificado, poderemos finalmente trabalhar num ambiente saudável de competição empresarial, já que os efeitos nefastos dos tributos indiretos deixarão de interferir na atividade operacional. Desse modo, os espertalhões corporativos serão limitados na utilização de vantagens tributárias para massacrar os concorrentes menores.

A organização do sistema de tributos sobre consumo tem o poder de impactar seriamente a estrutura de corrupção umbilicalmente amarrada ao modelo atual. Na verdade, toda a construção do monstro normativo utilizou matéria-prima corrupta. Desse modo, corrupção e tributos ficam entrelaçados nas suas bases fundamentais, alimentando um vasto circuito vicioso. Daí, que muita gente se preocupa com a centralização de quase tudo no Comitê Gestor do IBS, uma vez que isso, teoricamente, reduzirá o poder dos agentes de fiscalização estaduais e municipais, mesmo que suas competências tenham sido asseguradas pelo inciso II do artigo 324.

As disposições da LC214 apontam para um ambiente de competitividade mais saudável, premiando iniciativas voltadas para a profissionalização empresarial. Com o passar do tempo, o ambiente saneado vai beneficiar a competência técnica e ao mesmo tempo expurgar os viciados no jeitinho. Curta e siga @doutorimposto. Inscreva-se no treinamento Reforma Tributária. Informações no site www.next.cnt.br ou 92 zap 9256 1502.

*é consultor empresarial, palestrante, professor e especialista em capacitação profissional nas áreas de ICMS. doutorimposto@hotmail.com